

## Significado histórico-social da *Viradeira*

LINCOLN DE ABREU PENNA  
Prof. de História na Universidade Gama Filho

A segunda metade do século XVIII assistiu a mudanças de grande importância nas estruturas de poder dos países do Ocidente europeu. Os fatores responsáveis por essas transformações foram inúmeros, mas o espantoso desenvolvimento das forças produtivas que engendrou novos e sofisticados meios de produção e reprodução dando lugar à denominada Revolução Industrial, é suficiente para explicar as alterações substanciais ocorridas a partir do momento em que a industrialização se expande. E esta expansão se verifica tanto no interior das sociedades nas quais tal fenômeno se manifestava, através da intensificação, diversificação e padronização da produção de mercadorias; como exteriormente, por intermédio de mecanismos inerentes ao processo capitalista de produção em sua fase de gestação que tinha como centro irradiador a Inglaterra.

Se hoje nos parece claro todo esse processo que resultará no advento de regimes liberais capitalistas, embebidos em geral, pelo ideário político-filosófico das Luzes, movimento de idéias que acompanhou aquelas mudanças político-econômicas; à época tais mudanças pareciam inconcebíveis na ótica daqueles homens habituados a sujeitarem-se aos regimes absolutistas da época. Assumindo formas mais obscuras ou mais “esclarecidas”, o fato é que eram, em qualquer dessas modalidades, regimes altamente restritivos e, sobretudo, em desacordo com o momento histórico em permanente mutação. Contudo, esta percepção não era comum, numa época em que a idéia de progresso tinha pouco alcance.

Mais inconcebível ainda era o caso dos países onde sintomas da natureza há pouco descrita eram ainda pouco perceptíveis. Era o caso de Portugal.

O apogeu do absolutismo português coincide desgraçadamente para o regime com um período de crise econômica, o que conduz à instabilidade

política. Tudo isso ao longo do século XVIII, iniciando-se em D. João V e prosseguindo, ainda que habilmente atenuada, por vezes, no reinado de D. José I por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. A despeito da engenhosa condução de sua política, Pombal não conseguiu evitar o inevitável, a crise política que envolveu diferentes e distantes setores e camadas da sociedade portuguesa. Este episódio que pôs fim ao absolutismo esclarecido português, embora conservando as estruturas e, principalmente, os elementos desse regime, manifestou-se quando da agonia do reinado de D. José I, final do ano de 1776, início de 1777. A reação daqueles que se viram atingidos concentrou-se, como não poderia deixar de ser, na figura daquele



O fantasma do Marquês, trabalho de João Abel Manta.

que durante os 27 anos do reinado de D. José (1750-1777) foi sua razão de ser, o Marquês de Pombal. Era o que se denominou popularmente, a “viradeira”.

Todavia, mais do que um movimento contra o regime pombalino, a **Viradeira** tem raízes bem mais profundas. Para compreendê-la é preciso traçar, resumidamente, o panorama da situação de Portugal no século XVIII, assim como situá-lo no conjunto das relações internacionais da época.

Portugal encontrava-se nessa ocasião francamente dependente de sua economia ultramarina, mormente das mercadorias provenientes do Brasil. O balanço comercial apresentava uma visível primazia das importações sobre as exportações. Com isso, os portos portugueses tornavam-se extremamente movimentados. A presença de agentes estrangeiros e a adoção, em geral, de políticas mercantilistas, foram responsáveis pela “fuga” do ouro brasileiro em grandes quantidades. A Inglaterra apoderou-se totalmente do comércio realizado em Portugal. “Os ingleses eram, ao mesmo tempo, os fornecedores e os varejistas de todo o necessário para a vida do país. Possuindo o monopólio de tudo, os negócios só se realizavam pelas suas mãos” (Manchester, A., **Preeminência Inglesa no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 49). A rigor, a partir da segunda metade do século XVIII, Portugal quase nada produzia para a sua subsistência. Dois terços de suas necessidades físicas eram supridos pelos ingleses.

Quando Pombal ascende ao poder depara-se com um quadro desastroso a desafiar-lo. No dizer de um estudioso, “o falso rei-sol D. João V (1701-1750), opulento sobre um país miserável, não sentira que sua corte e sua coroa se formaram do brilho do ouro e não do ouro, que este era da Inglaterra” (Faoro, Raimundo, **Os Donos do Poder**, Ed. Globo/Ed. USP, 1975, p. 227). A partir desse panorama desolador, inicia-se a epopéia pombalina de tão significativas consequências para a moderna história de Portugal.

Pombal principia sua política por aparelhar o Estado, dotando-o de condições para melhor enfrentar tanto os competidores externos como os adversários internos, dando início a uma luta contra as dificuldades econômicas. A despeito da conhecida e nefasta influência britânica, a política pombalina — ao contrário do que pudesse aparentar — apoiava-se na Inglaterra, tanto econômica como politicamente. O volume dos negócios e os acordos realizados por ambas as nações inviabilizavam qualquer mudança mais drástica por parte de um ou de outro. A consciência dessa dependência levou Pombal a dizer que “Portugal não tem outros inimigos que não sejam os inimigos da Inglaterra” (Macedo, J. Borges de, in **Dicionário de História de Portugal**, dirig. por Joel Serrão, vol. 5, Lisboa).

Na verdade, a conjuntura econômica não estava muito favorável para Portugal quando Pombal iniciou sua gestão. A baixa da produção ourifera brasileira, a irregularidade da produção açucareira e a crise no mercado escravo somadas à diminuição dos lucros das grandes companhias criadas e inspiradas por Pombal, impuseram difíceis obstáculos que o gênio do Marquês na administração dos negócios do Estado de pouco adiantou.

As contradições entre Inglaterra e Portugal se avolumaram. A Europa encontrava-se numa fase recessiva que de resto muito contribuiu para aguçar

# A EXPULSAO DOS JESUITAS



Vejam, vós sôzinhos o que eu faria se fosse o sr. marquez de Pombal...

Vejam vós sôzinhos o que eu faria se fosse o sr. marquez de Pombal... (Raphael Bordalo Pinheiro)

os conflitos político-sociais que antecederam as mutações político-institucionais. Muitas dessas crises locais ou de dimensões nacionais, tiveram suas origens na ação do comércio livre, ou melhor na absoluta facilidade de comercialização por parte dos ingleses.

Realmente, a concorrência inglesa minava todo e qualquer esforço revitalizador. “Cortar as amarras que prendiam Portugal à Inglaterra, tirando-o das mãos dos comerciantes britânicos que medravam à sobra dos tratados de amizade. . .” (Faoro, R., *op. cit.*, p. 228), começara a ganhar as mentes daqueles que dirigiam os negócios públicos portugueses. A maior preocupação de Portugal, contudo, residia na crescente incapacidade do Estado em saldar suas dívidas, o que significava a dificuldade nos pagamentos internacionais. O confronto de concepções sobre que alternativas cabia Portugal adotar para livrar-se deste pesado desgastou a médio prazo a imponente figura do Marquês de Pombal.

É claro que os britânicos não eram alheios à celeuma. A livre-concorrência era problema que devia figurar na ordem do dia em caráter de urgência. O sistema de exploração do tráfico ultramarino, através das companhias de comércio e navegação, instituído por Sebastião José de Carvalho e Melo, havia gerado uma queda brusca da saída do ouro português. O precioso metal amarelo havia sido, até aí, a melhor forma de pagamento para os artigos importados da Inglaterra. Ademais, o monopólio instituído por Pombal eliminou os comissários volantes ingleses no Brasil. Acrescente-se a isso o esforço industrial do reino, resultado lógico da política mercantilista pombalina, e compreenderemos melhor o drama britânico em Portugal no setor econômico. A passagem do controle das rotas do Brasil das mãos da Inglaterra para as companhias pombalinas tinha, forçosamente, que desassossegar os magnatas do Mar do Norte. . .” (Dias, Manuel Nunes, **Fomento Ultramarino e Mercantilismo: A Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. “Revista de História”, nº 83, USP, parte XI, p. 83).

A adoção do exclusivismo comercial e o conseqüente monopólio exercido pelo Estado desencadeara atitudes de protesto as mais variadas. A reação se irradia em pouco tempo, “. . . imediatamente vivos clamores. Mas, de todos, quem ficava mais ferida era a Companhia de Jesus, que via extinguir-se o privilégio de um negócio até aí quase exclusivamente seu” (*op. cit.*, nº 82, p. 343).

De fato a instituição das companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba levou a política pombalina a se indispor com os padres jesuítas que controlavam a economia do extremo norte do Brasil. Em consequência, parcelas ponderáveis do clero, tal como a alta fidalguia que já conspirava contra as medidas adotadas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, cerraram fileiras no momento em que a morte de D. José parecia próxima.

As pressões se intensificavam. Inicialmente em surdina, ganha acordes menos discretos. Na realidade, o período que cobre os primeiros dias de novembro de 1776 aos últimos dias de fevereiro do ano seguinte foi dos mais excitantes do “cesarismo” pombalino (*sic*). Achava-se longe o tempo das terríveis repressões que desencorajavam comportamentos mais audaciosos. A auto-

Meu Filho do meu coração. O dia xote, que  
alumpantará este escripto, Lera muy importante  
Pazey, que me atormentavam muito; porq' Lembrava  
clome bem de que o Senhor Dom Ireytá mos havia  
mandado guardar nos principios do seu Reynado;  
mense era possible a tinar. Como escondido onde  
o tinha posto. Na hora da minha partida  
que o Rey de Vito Senhor, de paravalló em travi  
Annois, que há muitos annos se achava fora  
de Vito. Trouxe os Comigo na Carroagem para  
as emcaixotas, e segurar na forma e que thro  
Zemato: eto fim de que vos é p'ponha o d'ho  
Cai xote na Real Presença de V. Magestade  
Senhor, e passarem della a La Raycha Minka  
Senhora: e segurarão-me verid' que assim  
flea executado para em lo regar. E a Deus  
que o guarde muitos annos. Quinta de Agosto  
em 6 de Março de 1777.

Paz quemto, o ama e estima  
Marques de Pombal

ridade do velho Marquês estava inteiramente esvaziada ao fim do reinado de D. José. Difícil seria agora conceber que tanto o povo como a nobreza houvessem, em manifestações isoladas, na cidade do Porto, nos anos de 1756 e 1759, sido controlados por esse mesmo poder. Aquela época a Mesa Censoria proscrevia os filósofos Spinoza, Hobbes, Voltaire, Diderot e tantos outros. Era o tempo em que não era permitido divulgar-se a tradução de um **Elogio** de Descartes porque, no dizer dos censores, “não estava o povo português ainda acostumado a ver na sua língua escriptos que afervoavam o espírito da dúvida, do exame, da independência e da liberdade” (Azevedo, João Lúcio de, **O Marquês de Pombal e a sua época**, citando DUHR, p. 331).

A despeito de tratar-se de um governo austero e inflexível, característico dos governos absolutistas, havia um elemento altamente favorável tendo em vista a nação portuguesa. Tratava-se justamente de seu caráter irrestritamente nacional. Mas, desta feita as manobras urdidas pelas camadas privilegiadas, tendo a frente uma fidalguia anti-nacional, parecia vitoriosa. E esses setores conduzirão toda a oposição nos últimos anos da governança pombalina, manipulando e canalizando as justas manifestações populares que naturalmente viam no Marquês o responsável pela crise econômico-financeira vivida pelas massas em Portugal. “Assim sendo, não admira que essa pronta reação tivesse um nome popular – o de **viradeira**. O movimento anti-pombalino vinha sendo manhosa e inteligentemente explorado pelos interesses em jôgo de uma nobreza ofendida e de uma facção do clero até então prejudicados pelas investidas da tirania do odiado ministro” (op. cit., p. Dias, M. N., p. 97).

É evidente que a manutenção do monopólio estatal não interessava nem aos penetrantes e históricos interesses britânicos, nem às políticas que ganhavam com a volta da livre-concorrência. O ódio gerado pela **viradeira**, embora compreensível se observado pelo ângulo popular, em face do ônus que esses setores sustentavam, representou na verdade um retrocesso nos interesses de uma economia política nacional.